

ATA DA OCTOGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 02-12-2020.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa e Ramiro Rosário. A seguir, foram apregoados os Ofícios nos 613, 605, 609, 610, 611, 615, 617, 606, 607, 608, 609, 612 e 614/20, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nos 015, 016, 017, 018 e 019/20 e os Projetos de Lei do Executivo nos 023, 024, 025, 026, 027 e 028/20 (Processos nos 0374, 0376, 0377, 0378, 0379, 0380, 0370, 0371, 0372, 0373, 0374 e 0375/20). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Quinquagésima Sexta, Quinquagésima Sétima, Quinquagésima Oitava, Quinquagésima Nona, Sexagésima, Sexagésima Primeira, Sexagésima Segunda, Sexagésima Terceira, Sexagésima Quarta, Sexagésima Quinta, Sexagésima Sexta, Sexagésima Sétima, Sexagésima Oitava, Sexagésima Nona, Septuagésima, Septuagésima Primeira, Septuagésima Segunda, Septuagésima Terceira, Septuagésima Quarta, Septuagésima Quinta e Septuagésima Sexta Sessões Ordinárias e da Vigésima Sexta e Vigésima Sétima Sessões Extraordinárias. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 022/20. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nos 084 e 154/20. Após, o Presidente informou que, em face da inexistência de priorização para a Ordem do Dia, não se ingressaria nesse período na presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Adeli Sell, Lourdes Sprenger e Felipe Camozzato. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/20 (Processo nº 0263/20). Às quinze horas e um minuto, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e um vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 56ª a 76ª Sessões Ordinárias e da 26ª e 27ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. Aproveito o ensejo para informar aos senhores vereadores que, hoje, nas primeiras horas da manhã, deu ingresso no foro competente o recurso proposto pela Câmara de Vereadores na última decisão judicial envolvendo o processo de *impeachment*, decisão essa que suspendeu as nossas atividades até o julgamento do mérito. O questionamento, elaborado por profissionais da nossa Procuradoria, parece-me do melhor nível possível. Nós, inclusive, fomos compelidos e solicitados por vários colegas para que apressássemos essa distribuição para o dia de ontem. Nós, resolutamente, decidimos não promover nenhuma pressão em cima do nosso procurador, que tem sido extremamente efetivo – inclusive, são invictos, até hoje não perderam nenhuma situação, e nós esperamos que continue essa invencibilidade.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0337/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/20, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. **Emendas nºs 01 a 157 e Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00200/2020-98).**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estamos com a Pauta Especial com uma única matéria, que é referente ao orçamento do Município, que retornou – penso eu – com as devidas correções que nós havíamos solicitado que fossem realizadas. Então, eu consulto se algum dos Srs. Vereadores pretende discutir a Pauta Especial. (Pausa.) Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0218/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que dispõe sobre a modernização da gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal, a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Município de Porto Alegre, regulamenta a Lei Federal 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito municipal, autoriza a criação de Fundo Vinculado de Combate à Corrupção, revoga o Decreto nº 20.131, de 7 de dezembro de 2018, e dá outras providências. **(SEI 110000197.00008/2020-94)**

PROC. Nº 0322/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/20, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui § 4º no art. 3º da Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007 – que rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum, revoga as Leis nos 6.002, de 2 de dezembro de 1987, 6.806, de 21 de janeiro de 1991, 7.775, de 27 de março de 1996, 7.919, de 16 de dezembro de 1996, 8.895, de 24 de abril de 2002, 8.897, de 30 de abril de 2002, e 9.418, de 6 de abril de 2004, e libera, a critério da Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), nos horários e dias da semana que determina, os locais onde o estacionamento é proibido –, e alterações posteriores, excluindo os carros leves de transporte de valores da retribuição pecuniária fixada pelo Executivo Municipal e devida pelo usuário dos locais destinados a estacionamento temporário. **(SEI 161.00047/2020-55)**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Esclareço que nós não temos hoje na Ordem do Dia nenhum projeto a ser votado. Temos, inclusive, uma expectativa de que amanhã tenhamos uma tarde envolvendo duas situações muito especiais: primeiro, na sessão ordinária da Casa, haveremos de promover a reunião conjunta das comissões para análise de vários

projetos que ainda estão pendentes de definição das respectivas comissões temáticas a que foram submetidos. Segundo, a realização de uma reunião extraordinária para conhecimento, debate e decisão a respeito da proposta oferecida à Casa pelo Ver. Oliboni, com o apoio de vários vereadores, grande número de vereadores, que trata da situação do IMESF. Declaro mais ainda que essa decisão é fruto de uma negociação realizada com as lideranças da Casa que cuidam do assunto para que possa amanhã, com a antecedência devida, ser realizada uma reunião dessas mesmas lideranças com o prefeito eleito da cidade, que tomará conhecimento da situação e poderá oferecer alguma segurança ou alguma alternativa ao projeto.

A Diretoria Legislativa solicita que registre duas presenças que foram conectadas: da 2ª vice-Presidente da Casa, Ver.^a Lourdes Sprenger, e do Ver. Hamilton Sossmeier, do PTB.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e vereadoras; público que está acompanhando a nossa sessão desta tarde. Eu fiz um apelo hoje pela manhã na reunião de líderes, colégio de líderes e Mesa, no sentido de que é de extrema importância nós votarmos hoje, numa sessão extraordinária, o projeto de lei que trata da criação dos cargos em extinção do IMESF - um projeto de lei que foi discutido, na semana passada, na reunião conjunta das comissões e que está na ordem do dia de hoje. Houve sensibilidade e acordo de que hoje à tarde nós o votaríamos, mas, pelo o que eu estou entendendo, agora, está havendo um apelo por parte do presidente da Casa para que a gente vote este projeto amanhã à tarde, em sessão extraordinária. Amanhã à tarde teremos mais uma reunião conjunta das comissões, com uma série de outros projetos semelhantes à reunião de segunda-feira, e, amanhã pela manhã, ocorre uma reunião muito importante, nobre Presidente, com o prefeito eleito, solicitada por este vereador, pelo Ver. Robaina, pela Ver.^a Cláudia, para que a gente possa, com algumas lideranças da área da saúde, encaminhar esse assunto, uma vez que, no dia 04, uma sexta-feira, extingue-se o prazo - prazo esse que se ganhou na justiça -, para a demissão desses trabalhadores. Óbvio que nós e tantos outros colegas vereadores, cidadãos de Porto Alegre, não queremos que se extinga, de uma hora para outra, um atendimento tão importante do Sistema Único de Saúde, que é a Atenção Básica em Porto Alegre. É claro que o governo que está entrando ainda não tem os dados ora obtidos de como fará a transição também desse programa; eu declino aqui a possibilidade real, concreta, que V. Exa., nobre Presidente, garanta que amanhã à tarde possamos votar esse projeto de lei, dando ao novo prefeito uma nova possibilidade de resolver o problema sem a demissão desses trabalhadores, e que ele, depois, na sua gestão, discuta ou traga para a Câmara uma outra modalidade desse programa continuar, mas que garanta o emprego desses servidores, desse atendimento. Nós ficamos aqui, de uma certa forma, satisfeitos, desde que busquemos uma solução conjunta amanhã, com o novo governo, com o acordo da Casa, com o apoio de todos os vereadores e vereadoras. Creio que é uma boa medida, mas queremos lembrar: amanhã é quinta-

feira, e, sexta-feira, o atual governo, que recebeu um “não” das urnas, recebeu um “não” pela sua antipatia de não dialogar conosco nem com os trabalhadores, está fora desse pleito. Portanto, numa nova gestão, que tem o reconhecimento desta Casa, que quer o diálogo, que quer a solução definitiva, nós estaremos, com certeza, na segurança de V. Exa., como líder, que colocará amanhã esta possibilidade de um acordo. O novo prefeito, que foi vereador desta Casa, Sebastião Melo, comunicou para nós, por telefone, que está preocupado; portanto, juntos, buscaremos uma solução definitiva amanhã, numa outra modalidade ou com a possibilidade real e concreta de garantir os empregos, ao menos, para o momento e, na próxima gestão, buscar uma alternativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a manifestação de V. Excelência. O diretor Luiz Afonso está com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 017/20. Foi deferido pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Pujol, vereadores e vereadoras, eu quis usar a palavra só para esclarecer um tema que é importante. O Oliboni está corretamente acompanhando a questão do IMESF o tempo inteiro, mas eu gostaria de corrigi-lo num tema, para que a gente não deixe passar uma ideia que eu sei que pode ser a ideia do prefeito Marchezan, porque ainda não está totalmente claro o que ele vai fazer, que é a ideia de começar as demissões dia 4 - se ele começar as demissões dia 4, vai significar que ele sequer vai dar o aviso prévio. É uma situação muito excepcional, se ele fizer isso. Eu entrei na justiça, Ver.^a Mônica, no 1º turno, porque do meu ponto de vista, do ponto de vista jurídico do PSOL, o prefeito Marchezan não podia nem fazer transferências e nem demitir no período eleitoral, isso é exercício de poder indevido, ilegal. A legislação eleitoral não permite que o prefeito faça isso. Existem leis que protegem os servidores públicos - os trabalhadores do IMESF estão enquadrados nessa lei. Eu entrei na justiça, porque o período eleitoral só termina na posse do novo governo. Então, do ponto de vista da nossa interpretação, não há legalidade para que existam demissões a partir do dia 4. É só isso que eu queria corrigir, porque não é dia 4 o prazo final. Nós temos que fazer uma excelente discussão com o prefeito Melo; é muito importante que essa discussão seja bem feita, mas existe também uma discussão judicial sobre a legalidade de qualquer ação que eventualmente o prefeito Marchezan queira fazer. Eu só queria esclarecer isso, e, evidentemente que eu aceito e concordo que haja votação no dia de amanhã, porque, de fato, a reunião com o

prefeito é decisiva. Essa reunião tem uma importância chave, e nós estamos todos na expectativa de que comece uma solução a partir dela. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço ao vereador pela sua manifestação. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. A bancada do Partido dos Trabalhadores quer aqui expressar as suas preocupações sobre esse volume, mais uma vez, de projetos do velho governo – governo que foi derrotado nas urnas –, trazidos à Câmara legislativa neste momento, e como há uma mudança, uma renovação de quase 50% aqui na Casa também, eu acredito que qualquer projeto deva ser rejeitado, refutado neste momento.

Temos que dialogar com o novo governo. Tive a oportunidade de falar isso ao Ricardo Gomes, nosso colega, eleito vice-prefeito; disse isso na reunião da Mesa diretora e das lideranças na parte da manhã. Nós temos que encerrar o ano com serenidade, e também nós não podemos nos submeter a esse tipo de pressão de prefeito derrotado. Nós temos que conversar com o novo governo, como já foi exposto aqui, caminhar serenamente – disse isso ao Presidente Pujol hoje de manhã, que tivemos uma condução muito boa, excepcional, nesse período tão difícil –, para que a gente possa levar adiante. Há outras coisas também que estão indo no mesmo diapásão, como disse vulgarmente uma alta personalidade da República brasileira: “passar a boiada”. Vamos parar com isso. Aqui tem Câmara Municipal, aqui tem vereadores que foram eleitos até o final do ano e outros que virão, eleitos por mais quatro anos. Haverá, repetindo um pouco, Ver. Roberto Robaina, muitos miguelitos pela estrada nesses próximos dias para que o Melo e o Ricardo assumam o Paço Municipal. Cuidado com os miguelitos, eles são perigosos.

Outra questão que eu quero levantar aqui, eu fiz um voto em separado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, é sobre o projeto de lei que trata da orla, a retirada de dois hectares e meio de uma doação. Eu vou tomar a liberdade de, depois, passar aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras o meu voto em separado sobre a questão do terreno ao lado do Internacional, terreno que pertence ao Internacional por doação desde 1956. O direito brasileiro diz que a doação tem que ter interesse público, e o interesse público era fomentar o esporte na cidade de Porto Alegre através de um dos seus clubes importantes, o Internacional. O Grêmio também recebeu esse tipo de benesses. Portanto, as doações devem guardar o interesse público, elas têm uma finalidade e todas as legislações posteriores reafirmaram a questão do parque esportivo, seja de construções suplementares para complementar, para ajudar suportar atividade esportiva. Não pode, alguém que recebeu uma doação, vender, alienar parte dela para um terceiro, para um capitalista construir arranha-céus, torres de 130 metros de altura. Não entra aqui nem na discussão urbanística, mas, sim, sob o direito público brasileiro.

Não adianta, pode passar esse contrabando se quiserem, vai cair na justiça que vai derrubar. Vai derrubar! E eu estou na linha de frente para que a justiça derrube essa barbaridade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o tema que foi discutido realmente é preocupante de longa data, que são os funcionários do IMESF, mas vou falar de outro tema para não passar, como se fez tantas ações antes das eleições e agora não se fala mais, que é o reabre Porto Alegre. Não é nenhuma irresponsabilidade, mas hoje se observam os restaurantes reclamando novamente do fechamento e do horário, fechamento este que reduz mesas, em que não pode mais servir bufê, tem que ter um funcionário disponível para servir, como foi o caso hoje ao meio-dia. E também o litoral que depende, para sua sobrevivência, em dezembro, de reaquecer a hotelaria, restaurantes, e também não se pode mais ir à orla. Então, eu ainda fico com aquela nossa defesa anterior que se tivéssemos usado o recurso federal para a saúde, para os leitos, não teríamos essa quebradeira que agora vai proporcionar outra parcela de pessoas desempregadas, de estabelecimentos que vão fechar porque não tem como suportar sem ter receita. E ainda quero chamar a atenção que o hospital de tal cidade que tem 15 leitos, está com 100% de ocupação das vagas. Sim, 15 vagas ocupadas em uma cidade de interior que não é tão pequena é 100%; mas onde está a compra de leitos, onde está o recurso federal que veio para justamente dar essa estabilidade na saúde. Se tudo isso tivesse sido feito, como o hospital de campanha, inclusive éramos seguidores desta ideia, não estaríamos nesta situação tão difícil. Agora, passou as eleições, enquanto estávamos no período eleitoral, estava passando despercebido muitas situações, mas agora não. Acho que nós, como vereadores... Não é só eu que recebo mensagens, telefonemas de desespero por falta de emprego, por falta de recursos para pagar as despesas mínimas, porque a classe média não sabe executar um serviço operacional que possa tirar uns R\$ 50,00 por dia, R\$ 100,00 por dia, diarista. O que eles vão fazer? Desde os escritórios de advocacia, desde outros profissionais liberais, estão todos na mesma situação: não tem cliente, não tem receita. Então, eu quero dizer que eu continuo na mesma linha anterior, mas com responsabilidade. Se provarem que compraram leitos, que realmente nós vamos entrar na tal segunda onda, aí vou repensar as minhas palavras. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Pujol. Quero saudar os colegas vereadores, público que nos acompanha. Eu quero dizer que foi muito sensata a fala da Ver.^a Lourdes, e me somo aos seus questionamentos, quando logo após a um processo eleitoral de 45 dias, onde nós vimos aí campanhas nas ruas de todos os candidatos, onde os eleitores estavam fazendo o seu papel de ir às urnas, ir votar – e nos colégios não havia controle de temperatura, não havia as mesmas restrições e os mesmos cuidados de muitos estabelecimentos, empreendimentos que agora vão sofrer novas restrições, pelo decreto estadual, e que, obviamente, fazem com que a cidadania fique indignada, consternada. Nós tivemos aí já uma série de empregos perdidos, empresas fechadas. No início da pandemia é válido lembrar que aceitamos as restrições, num primeiro momento, sob o argumento de preparar o sistema de saúde para a pandemia, e lá pelas tantas, no meio da pandemia, mudou-se o argumento de que ficaremos com restrições até chegar a vacina, como se os empregos, a vida das pessoas, as empresas e mesmo o poder público que depende desses impostos recolhidos para sustentar o seu sistema de saúde fosse resistir *ad aeternum*. Isso é uma mentira, isso não tem sustentabilidade, e por isso, nesses nove meses, desde o início da pandemia até agora, nós tivemos tempo mais do que suficiente para conhecermos o comportamento do vírus, conhecermos as medidas preventivas, conhecermos e prepararmos o sistema de saúde para receber e tratar os pacientes acometidos pelo vírus. Agora, gera uma nova indignação, passado o período eleitoral, onde não havia aparentemente uma grande preocupação, passa o 2º turno e volta-se a se ter novas medidas restritivas, que, obviamente, vão fazer com que vários daqueles que já sofriam há muito tempo para manter o seu sustento, lembro também que nós estamos chegando ao fim de muitos auxílios concedidos, e a prefeitura de Porto Alegre não concedeu muitos desses auxílios, isenções de impostos, por exemplo, como a Câmara pleiteou, mas que agora se indignam, com toda a razão, de terem que recuar nos seus empreendimentos, no seu trabalho. Acho que a liberdade de todo o indivíduo poder trabalhar, poder ir e vir, com as devidas medidas de cuidados, álcool em gel, higienização, uso de máscara, mas nós não podemos seguir admitindo flagrantes de inconstitucionalidades que rompem totalmente com a razoabilidade daquilo que nós entendemos pela liberdade democrática, pela liberdade que a Constituição garante ao cidadão e garante ao empreendedor, garante ao trabalhador, como nós vínhamos vendo, e, agora, mais uma vez, estamos diante de uma situação em que podemos nos colocar em reclusão, e não me parece ainda que sejam apresentados argumentos suficientemente técnicos, robustos e comprovatórios da necessidade de que isso efetivamente resulte em sucesso de controle do que a gente está vendo agora, que é o aumento de número de casos. Nós temos 260 pessoas internadas em leitos de UTI, pude conferir agora no Sistema de Saúde do Município, e esse dado permanece o mesmo por cinco dias, flutuando dentro da margem, mas muito semelhante nos últimos dias. Nós temos visto que a curva de óbitos está reduzindo, ela vem reduzindo gradualmente. Então acho que é preciso analisar com mais cuidado isso, e me preocupa muito a gente ter justamente tantos novos fechamentos, tantos novos desempregos, fechamentos de empresas, por conta de voltarmos atrás, em vez de seguirmos com a orientação, com a fiscalização

daquilo que é flagrante, das irregularidades e dos compromissos. Por último, mas não menos importante, queria aproveitar aqui esses minutos finais e me manifestar sobre o que a gente falou a respeito da perspectiva de votação do projeto do IMESF amanhã - queria deixar muito claro e flagrante a inconstitucionalidade. O Ver. Adeli muito bem colocou sobre termos uma mesa de diálogos e de construção de uma saída para essa situação que é muito preocupante, preocupa todos nós, a saúde, os profissionais da saúde, de como a gente vai conseguir dar continuidade a esse serviço essencial para a população, mas de maneira que seja correta, constitucional e obviamente sustentável. Eu não acredito em soluções de retalho que, uma vez tentada a sua implementação, resultem, semanas após, de uma nova decisão judicial que coloca tudo abaixo e voltam a insegurança e a incerteza para todos os usuários do sistema de saúde, para os profissionais e também para as contas públicas, porque o gestor público também seria responsabilizado - afinal de contas, não está nem na previsão orçamentária para a gente contemplar hoje o que esse projeto traz no seu conteúdo. Então, eu acho que o diálogo com o novo governo é muito importante. Fico feliz, aliás, com a oposição podendo ter um momento para conversar com nosso futuro prefeito Sebastião Melo, acho que é interesse de todos os vereadores acompanhar isso de perto e contribuir para que efetivamente tenhamos um resultado que atenda a saúde da população de Porto Alegre. Então, fica aqui o meu registro desses dois assuntos e agradeço a atenção de todos e fico, mais uma vez, à disposição. Não estou no plenário, até porque não estou trajado para tanto, mas estou aqui ao lado, no meu gabinete, e a gente está sempre conversando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, só para esclarecer porque, para quem está assistindo, dá a impressão de que eu retirei a prioridade de votação do projeto de lei. Eu não retirei. Nós fizemos um acordo hoje pela manhã; na verdade, está havendo um apelo de Vossa Excelência para que votemos amanhã, com o qual estamos concordando, porque tem uma reunião com o prefeito. Nós votaremos amanhã à tarde, é isso?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, não há como se repetir de 15 em 15 minutos a mesma coisa. Nós estamos muito claramente acertados que teremos duas sessões amanhã à tarde: uma extraordinária com a finalidade específica de conhecer essa matéria. E eu estou cumprindo uma resolução do colégio de líderes e da Mesa Diretora unanimemente tomada na manhã de hoje. Então, obviamente que não tenho compromisso com o mérito da matéria, mas a colocação em votação dessa matéria amanhã de tarde é absolutamente tranquila. Obrigado a todos. Obrigado pela presença de todos e até amanhã. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h 01min.)

* * * * *